

# BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1417 | 18/12/2017 a 24/12/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



PROTEÍNA ANIMAL

## QUANTO CUSTA PRODUZIR

Levantamento da FAEP traz informações sobre a suinocultura e avicultura no Paraná

[sistemafaep.org.br](http://sistemafaep.org.br)



FALTAM

0 1 4

DIAS

Para inscrição no CAR  
e adesão ao PRA



**PRA**  
PROGRAMA DE REGULAÇÃO AMBIENTAL

# Aos leitores

Os técnicos da FAEP vão a campo duas vezes por ano verificar qual é o custo de produção de suinocultores e avicultores paranaenses. Eles percorrem as principais regiões produtoras de suínos e aves do Estado, ouvem criadores, representantes de empresas e especialistas para elaborar o estudo. Esses levantamentos servem para apontar a realidade dos produtores e de parâmetro para novos direcionamentos e ações em prol dos dois setores.

Nesta edição, trazemos uma reportagem sobre o Programa Gestão Operacional Cana-de-Açúcar, desenvolvido pelo SENAR-PR, que, em uma turma piloto, capacitou gestores de usinas do Estado.

Mostramos ainda que o curso Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ) pode chegar ao Estado de São Paulo, maior produtor de açúcar e etanol do país, para ajudar os paulistas a enfrentarem a falta de mão de obra qualificada para o setor.

**Boa Leitura!**

## Expediente

### • FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

**Presidente:** Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

### • SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

**Conselho Administrativo | Presidente:** Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

### • BOLETIM INFORMATIVO

**Coordenação de Comunicação Social:** Cynthia Calderon | **Edição:** Ricardo Medeiros | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski e Carlos Guimarães Filho | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueiredo | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1417:

Fernando Santos, Felipe Santos, Milton Doria, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

## ÍNDICE



### LEVANTAMENTO

Custo de produção de suínos e aves

PÁG. 4

### SUCROALCOOLEIRO

Programa do SENAR-PR contribui na gestão de empresa do setor

Pág. 14

### HISTÓRIA

A lenda do Papai Noel

Pág. 16

### FUNRURAL

Senado aprova parcelamento de débitos

Pág. 19

### AAJ

Curso pode ser “exportado” para São Paulo

Pág. 20

### MEIO AMBIENTE

FAEP solicita mais prazo para inscrição no CAR

Pág. 22

# Revogar a Lei Kandir é voltar ao Brasil Colônia



O plenário do Senado deve discutir em breve a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 37 de 2007, que revoga a Lei Complementar nº 87 de 1996, a chamada Lei Kandir. Esta última isenta desde então as exportações de produtos primários ou semielaborados do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O objetivo da medida é aumentar a arrecadação tributária estadual, como uma alternativa ao ineficaz repasse da União por meio do fundo de compensação das exportações. Isso sem se importar com o fato de que a mudança faz o Brasil voltar séculos na história, aos tempos de Colônia quando se cobrava o “O Quinto” de todas as riquezas que daqui saíam.

Se for aprovada, a PEC será uma catástrofe ao agronegócio. Nenhum país que queira ser competitivo “exporta” os tributos incidentes sobre seus produtos. E isso principalmente nas commodities, cujas margens são cada vez mais apertadas – principalmente para os produtores.

Olhe para o exemplo da Argentina, que seguiu um caminho parecido

no governo de Cristina Kirchner. O agronegócio argentino quase quebrou ao taxar a soja e a carne. Mesmo com dois anos em processo de retirada do imposto para exportações agrícolas (lá chamado de “retenciones”), eles ainda não conseguiram se

recuperar do tombo em seus níveis de venda ao estrangeiro.

As exportações brasileiras do agronegócio (essencialmente do setor primário) aumentaram quase quatro vezes de 1997 a 2017, saltando de US\$ 16,3 bilhões para US\$ 63,16 bilhões. Caso venha a ser adotada, a medida fará com que produtores rurais tenham perdas de R\$ 26 bilhões por ano, ou 5% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional, de R\$ 527,9 bilhões. Os dados foram levantados pelo Departamento Técnico Econômico da FAEP, com base em dados do Agrostat / Ministério da Agricultura.

Os preços dos produtos agrícolas são fixados pelas cotações de grandes praças internacionais, como Chicago. Já temos uma desvantagem geográfica em relação ao mercado externo por estarmos fisicamente distantes dos principais players globais.

Além do problema de infraestrutura interna que nos leva a pagar um frete até três vezes mais caro que o de países como Estados Unidos, Canadá e Argentina, por exemplo. Ao incorporar esses impostos, os custos serão ainda mais elevados, o que vai

simplesmente inviabilizar boa parte das exportações.

A medida também prejudicará os Estados, que deixarão de arrecadar pela depressão dos preços internos e pelo excesso de oferta. E não podemos esquecer que nos últimos 20 anos, ao longo da vigência da Lei Kandir, a soma da arrecadação de ICMS dos Estados aumentou 135,6%, muito disso por conta da pujança e desenvolvimento do agronegócio que gera renda no mercado interno.

O que a emenda propõe é a redução da renda dos produtores rurais. Isso não vai resolver a crise financeira dos Estados, que é decorrente de má gestão. É uma medida injusta, que não atende aos interesses do país e onera justamente quem mais gera divisas. Mais uma vez nós é que vamos pagar a conta?

O prejuízo terá um efeito cascata, afetando toda a sociedade, porque vai resultar em queda da balança comercial e do PIB. A consequência evidente é o agravamento do desemprego que assola o Brasil. É isso que se deseja?

O que precisamos é de reformas estruturais que sigam o caminho inverso e que não onerem quem produz. Hoje pagamos o dobro de carga tributária da época do Brasil Colônia quando os 20% sobre tudo o que se produzia motivou a Inconfidência Mineira. Para suprir as benesses da Coroa, o imposto chamado “O Quinto” fez surgir o apelido “O Quinto dos Infernos”. Será que voltaremos a fazer jus a esse apelido dos tempos do Brasil Colônia?

**Ágide Meneguette,**  
presidente do  
Sistema FAEP/SENAR-PR

# Retrato da produção de aves e suínos

Levantamento da FAEP mostra perda de rendimento na suinocultura. Avicultores não conseguem pagar despesas apenas com a venda dos frangos



A FAEP faz levantamentos semestrais sobre o custo de produção da suinocultura e da avicultura no Paraná há nove anos. Em outubro, os técnicos do DTE/FAEP realizaram a segunda pesquisa para detalhar as despesas e rendimentos dos produtores dos dois setores em 2017. A primeira ocorreu em abril.

Os custos de produção são calculados a partir do recolhimento de informações, como indicadores técnicos e de preços de instalações e equipamentos, que são obtidos em painéis que reúnem especialistas e são realizados nas regiões produtoras.

Para o levantamento da suinocultura no segundo semestre, foram feitos painéis nos sindicatos rurais de Castro (região dos Campos Gerais), Pato Branco (Sudoeste) e Toledo (Oeste). Participaram dos encontros produtores, revendedores de equipamentos e insumos e representantes de indústrias e cooperativas das três regiões do Estado.

Em outubro, os técnicos constataram queda leve nos custos na produção de suínos, mas a rentabilidade do produtor também foi menor. No primeiro semestre, o estudo da FAEP havia apontado que a rentabilidade da suinocultu-

ra tinha melhorado, mas a capacidade de investimento dos produtores seguia limitada.

A verificação do custo de produção da avicultura de corte paranaense foi realizada em Castro (Campos Gerais), Chopinzinho e Dois Vizinhos (Sudoeste), Cascavel e Toledo (Oeste), Londrina (Norte), Cambará (Norte Pioneiro) e Cianorte (Noroeste). Participaram das reuniões avicultores, representantes das agroindústrias, fornecedores de equipamentos e instituições financeiras que contribuíram com informações de índices zootécnicos e custos dos sistemas de produção.

Em outubro, o resultado médio do Paraná mostrou que o avicultor não consegue pagar o custo total somente com a venda dos frangos. Em abril, a pesquisa da FAEP indicou que depreciações e remuneração sobre capital tiveram maior impacto sobre o custo da atividade.

Nas próximas páginas, leia a análise realizada pelos técnicos da FAEP sobre o atual momento dos dois setores. Os números detalhados com todos os dados dos levantamentos estão no site do Sistema FAEP/SENAR-PR ([www.sistematicaep.org.br](http://www.sistematicaep.org.br)), no link Serviços.



# AVICULTURA



**Por Ana Paula Kowalski**  
Engenheira agrônoma DTE/FAEP

O custo total da avicultura no Paraná subiu 5% em relação ao levantamento de abril de 2017. O aumento dos custos variáveis foi de 7% no mesmo período. Foram coletadas informações de 33 tipos de aviários, de 12 tamanhos diferentes, cujo padrões tecnológico e de manejo são os mais comuns entre os avicultores locais. Os tipos mais frequentes foram os aviários de 150m x 16m com produção de frangos pesados, seguido do 100m x 12m com produção de frangos pesados e 100m x 12m com produção de frangos griller.

## CIANORTE



- ▣ 150x14 pesado
- ▣ 150x16 pesado

## LONDRINA



- ▣ 100x12 pesado
- ▣ 150x14 pesado
- ▣ 160x16 pesado

## CAMBARÁ



- ▣ 125x12 griller
- ▣ 125x14 griller
- ▣ 140x14 griller
- ▣ 150x16 griller

## TOLEDO



- ▣ 100x12 pesado
- ▣ 125x12 pesado
- ▣ 130x14 pesado
- ▣ 150x16 pesado

## CASCADEL



- ▣ 100x12 pesado
- ▣ 130x12 pesado
- ▣ 150x16 pesado

## DOIS VIZINHOS



- ▣ 100x12 griller
- ▣ 150x16 griller

## CHOPINZINHO



- ▣ 100x12 griller
- ▣ 140x14 pesado
- ▣ 150x16 pesado
- ▣ 150x24 pesado

## TOLEDO



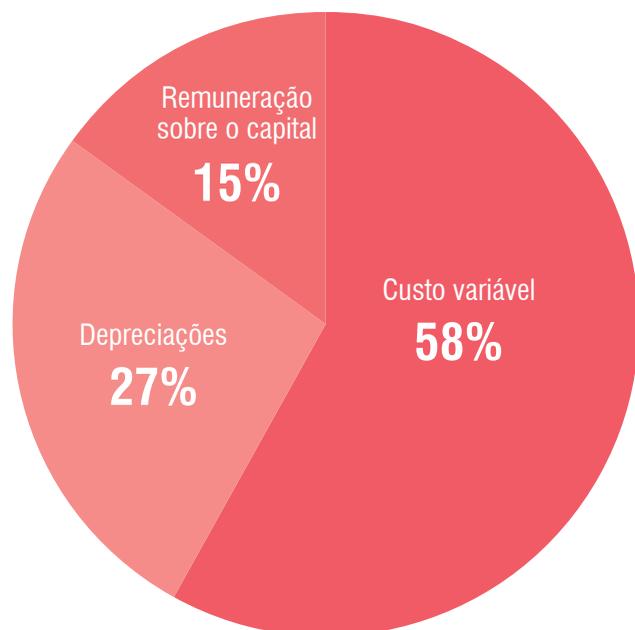
- ▣ 100x12 griller
- ▣ 150x16 griller

## Resultados

Na média paranaense, o custo variável correspondeu a 58% do custo total do aviário. A depreciação de máquinas e equipamentos representou 27% do custo total e a remuneração sobre o capital, 15%.

## COMPOSIÇÃO DO CUSTO TOTAL

Média Paraná / outubro 2017



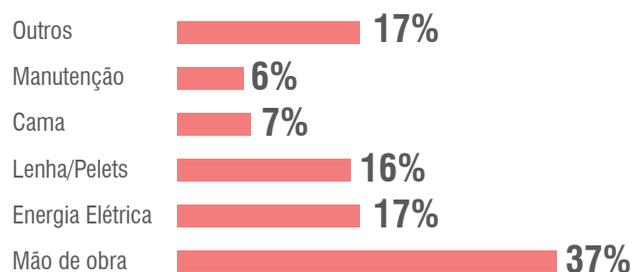
O custo variável representou 68% do custo total na região de Cambará. Nesta região, a despesa com mão de obra e lenha foi a maior entre as pesquisadas bem como o gasto com energia, que foi o terceiro maior.

Assim como no levantamento do primeiro semestre, Cascavel apresentou custos diferenciados em relação à média paranaense. O custo variável foi o segundo menor do Estado (R\$ 4,65/m<sup>2</sup>), perdendo apenas para Dois Vizinhos. Por outro lado, o custo médio das instalações e equipamentos foi o maior de todas as regiões, superando em 16% a média do m<sup>2</sup> apurada no Paraná.

O maior desembolso dos produtores se concentrou em quatro itens principais: mão de obra (37%), energia elétrica (17%), lenha (16%) e cama (7%). Juntos, eles responderam por 77% do custo variável médio no Paraná.

## DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS VARIÁVEIS

Média Paraná / outubro 2017



Fonte: Custos de Produção da Avicultura (outubro/2017).  
Elaboração: DTE\FAEP

## CONCEITOS

### Custo variável

É o valor que o avicultor precisa ter à disposição para produzir um lote de frangos e para garantir sua manutenção na atividade no curto prazo. São os gastos com mão de obra, energia elétrica, lenha, cama, manutenção, seguro das instalações, combustível, dentre outros.

### Custo operacional

É o custo variável somado à depreciação de instalações e equipamentos. A depreciação corresponde a perda de valor do aviário ao longo de sua vida útil. O avicultor não desembolsa este valor efetivamente, mas essa reserva é necessária para que ele possa substituir seus ativos e permanecer na atividade no longo prazo.

### Custo total

É o custo operacional somado à remuneração sobre o capital. O índice serve de parâmetro para se calcular o dinheiro investido e desembolsado pelo avicultor a cada lote, caso fosse aplicado na caderneta de poupança (rendimento 6% ao ano).

Os resultados observados em outubro de 2017 foram piores em relação ao mês de abril. O produtor acumulou prejuízo de R\$ 0,04/cabeça sobre o custo total, considerando apenas a receita com a venda dos frangos (em abril era menos R\$ 0,02/cabeça). Quando somada a receita com a venda da cama, a margem ficou positiva em R\$ 0,03/cabeça contra os R\$ 0,04/cabeça no primeiro semestre.

Em linhas gerais, o resultado médio do Paraná mostrou que o avicultor não consegue pagar o custo total somente com a venda dos frangos, precisando complementar a receita da sua atividade principal com a venda da cama de aviário como adubo.

Todas as regiões pesquisadas apresentaram piora dos resultados em relação ao primeiro semestre do ano, exceto Londrina e Cascavel, que tiveram aumento de suas margens líquidas. Cianorte teve leve redução da rentabilidade em relação aos primeiros meses do ano, mas permaneceu apresentando o melhor desempenho frente às demais regiões.

O pior resultado segue sendo o de Castro, com prejuízo de R\$ 0,22/cabeça quando considerada apenas a venda dos frangos e menos R\$ 0,19/cabeça quando somada a receita da venda da cama. Não por coincidência, a região é a que pior remunera o produtor pelo frango entregue.

## CUSTOS E RECEITAS DA AVICULTURA

Média das regiões pesquisadas e média Paraná / outubro 2017

	em R\$/ cabeça								
	D. Viz	Cast	Camb	Chop	Cian	Lond	Casc	Tole	PR
Custo variável (CV)	0,22	0,29	0,35	0,37	0,40	0,43	0,36	0,48	0,36
Custo operacional (CV + depreciações)	0,33	0,42	0,46	0,55	0,61	0,62	0,58	0,71	0,53
Custo fixo (depreciações + remuneração sobre capital)	0,17	0,19	0,17	0,27	0,33	0,29	0,36	0,36	0,27
Custo total (CV+CF)	0,39	0,49	0,51	0,64	0,73	0,72	0,71	0,83	0,63
Receita bruta (venda frangos + venda cama)	0,37	0,30	0,43	0,64	0,94	0,88	0,88	0,79	0,65
Receita bruta (somente venda frangos)	0,35	0,27	0,40	0,59	0,85	0,77	0,76	0,73	0,59
Margem sobre custo total (venda frangos + venda cama)	-0,02	-0,19	-0,08	0,00	0,21	0,16	0,17	-0,04	0,03
Margem sobre custo total (somente venda frangos)	-0,04	-0,22	-0,12	-0,04	0,12	0,06	0,04	-0,10	-0,04

Fonte: Custos de Produção da Avicultura (outubro/2017). Elaboração: DTE|FAEP





A maior elevação do custo total ocorreu em Castro (22%) devido a uma combinação de aumento de praticamente todos os itens que compõe o custo variável (máquina, energia, combustível, mão de obra, manutenção, entre outros) e da depreciação (em função do aumento do valor das instalações e equipamentos).

Em Cascavel, por outro lado, houve redução de 4% no período, isso porque os custos de instalações e equipamentos caiu 13%, enquanto que o custo variável subiu 2%.

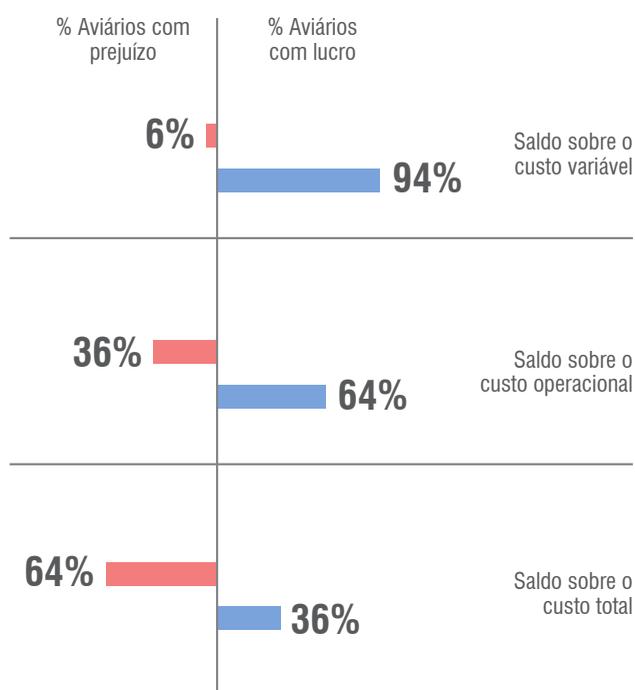
A receita também aumentou, porém não na mesma proporção das despesas. A receita bruta com a venda dos frangos subiu em média 2%. Com a venda da cama, o aumento de receita foi de 3% em relação a abril de 2017.

## Poupança

Considerando apenas a renda com a venda dos frangos, 36% dos aviários pesquisados pagaram o custo total de produção. O que significa dizer que menos da metade dos produtores remunerou o custo do capital investido se comparado ao rendimento da caderneta de poupança.

Quando se considera o custo operacional, 64% dos aviários pesquisados tiveram margem positiva e se mantêm viáveis no longo prazo, provisionando recursos para cobrir a depreciação das instalações e equipamentos. No curto prazo, 94% dos 33 aviários analisados foram capazes de pagar o desembolso a cada lote, mantendo a viabilidade, porém sem capacidade de reinvestir.

## RESULTADOS COM A VENDA DE FRANGOS outubro 2017



Fonte: Custos de Produção da Avicultura (Outubro/2017).  
Elaboração: DTE | FAEP



# SUINOCULTURA



Por Jeffrey Kleine Albers  
economista DTE/FAEP

O resultado do trabalho permite a identificação dos custos de produção de suínos nas diversas modalidades de produção encontradas no mercado: Crecheiro (unidade que recebe leitões desmamados e cria até a terminação); UPL (unidade de produção de leitões até a saída da creche); UPD (unidade de produção de leitões até o desmame); UPT (unidade que recebe leitões da UPD ou crecheiro e executa as fases de crescimento e terminação para o abate) e ciclo completo (unidade que executa todas as fases da criação, desde a produção de leitões até a terminação para o abate).

Destaca-se ainda o sistema de produção chamado de Comodato, no qual a empresa integradora ou cooperativa fornece ao produtor os animais, alimentação, produtos veterinários e assistência técnica. O produtor torna-se um fiel depositário destes bens, em especial as matrizes e reprodutores, e fica responsável pelo manejo da criação.

De modo geral, neste levantamento, observou-se redução nos custos quando comparados com o levantamento anterior, realizado em abril deste ano. A redução também

foi percebida nos preços pagos aos produtores. Porém, diferente do que vinha sendo observado, desde os levantamentos de abril de 2016 em que houve aumento da rentabilidade da atividade, neste momento, a queda nos preços pagos pelos animais foi maior do que a redução nos custos, resultando em perda de rentabilidade.

Cada modelo de produção, respeitadas suas características produtivas e relacionamento com a empresa integradora, apresenta resultado distinto. Resumidamente pode-se dizer que o sistema Crecheiro foi o único em que há cobertura dos custos variáveis nas três regiões levantadas e o sistema UPD, na região Sudoeste, é o que obteve os melhores resultados (R\$ 7,17 por animal).

## Custos

Após levantamento dos dados, os custos são agrupados em variáveis e fixos. Os custos variáveis são aqueles que oscilam de acordo com o nível de produção da atividade. São considerados os desembolsos diretos do produtor e representam os itens de maior impacto na formação dos custos. Os custos fixos se caracterizam por ocorrerem independentemente da produção. Mesmo que não haja nenhuma atividade, os custos existirão. Neste grupo, para a suinocultura, são considerados os custos com a depreciação de máquinas, equipamentos e edificações e ainda a remuneração do capital investido na atividade. No resultado dos levantamentos são obtidos os Custos Variáveis, Custos Operacionais (custos variáveis mais depreciações) e Custos Totais (custos variáveis mais custos fixos totais).

## RESUMO DOS CUSTOS POR PROCESSO PRODUTIVO

REGIÃO	Custo	Ciclo completo R\$/kg	UPD R\$/animal	UPD comodato R\$/animal	UPL R\$/kg	UPL comodato R\$/animal	UPT comodato R\$/animal	Crecheiro comodato R\$/leitão	
SUDOESTE	Variável	3,810	79,100	15,113	5,648	22,019	23,18	4,423	
	Fixo	0,174	8,510	7,714	0,515	11,741	7,45	2,980	
	Total	3,984	87,610	22,697	6,163	33,500	30,63	7,405	
	Preço recebido	3,60	85,82	30,00	6,30	39,00	25,50	5,85	
OESTE	Variável	x	82,480	22,365	6,367	26,383	19,39	3,232	3,242
	Fixo	x	7,160	6,900	0,419	8,856	4,72	2,710	2,730
	Total	x	89,640	29,265	6,786	35,239	24,11	5,940	5,970
	Preço recebido	x	82,01	29,02	5,90	33,00	25,50	7,72	7,72
CAMPOS GERAIS	Variável	3,613	x	x	6,671	x	25,21	20,88	x
	Fixo	0,152	x	x	0,612	x	11,07	11,02	x
	Total	3,765	x	x	7,283	x	36,28	31,91	x
	Preço recebido	3,70	x	x	6,11	x	31,37	31,37	x

Fonte: DTE/FAEP

Pode-se verificar que não existe uma região em que se possa afirmar que é a que apresenta menor custo em relação às demais. Cada modalidade precisa ser analisada individualmente.

### Ciclo completo

Esta modalidade foi observada somente nas regiões Sudoeste e dos Campos Gerais e, segundo os participantes dos painéis, tende a reduzir sua participação na atividade, dando espaço para as demais em que a especialização é evidenciada. Modelos em comodato também são a maior tendência do mercado.

Os custos referenciados no ciclo completo são apresentados por quilo de suíno vivo e indicam uma variação de 5,82% a maior no Sudoeste, no custo total, em comparação com os Campos Gerais. Os itens de maior impacto neste diferencial são os gastos veterinários e com transporte, maiores no Sudoeste em 171,43% e 119,23%, respectivamente. As despesas com energia e combustíveis também ultrapassam o dobro no Sudoeste em comparação com os gastos realizados nos Campos Gerais. Na contramão dos gastos, os preços recebidos pelos produtores tiveram comportamento inverso. Com custos relativamente menores, a remuneração dos suinocultores dos Campos Gerais é R\$ 0,10 maior quando comparada ao Sudoeste, o que lhes proporciona uma leve

redução nas perdas. No Sudoeste o déficit da atividade atinge 9,64% e nos Campos Gerais 1,73% sobre os custos totais.

Quando comparados com o levantamento anterior, em abril de 2017, os custos totais caíram 14,9% nos Campos Gerais e subiram 6,8% no Sudoeste. Os cálculos apontam que nos Campos Gerais a perda líquida por animal que era de R\$ 23,37 reduziu para R\$ 7,48, enquanto no Sudoeste as perdas aumentaram de R\$ 22,90 para R\$ 38,40.

### UPD

A produção de leitões até o desmame, neste levantamento, foi observada somente nas regiões Sudoeste e Oeste e apresentaram comportamentos distintos. Na produção tradicional, os custos totais na região Oeste ficaram 23,17% maiores do que os levantados para a região Sudoeste. Porém comparados com os valores de abril último, no Sudoeste os custos subiram 0,26%, enquanto na região Oeste os mesmos tiveram queda de 4,5%.

Na modalidade Comodato, o comportamento se mantém e indicam o Oeste como tendo custo total 28,94% superior aos custos totais do Sudoeste. Os aumentos nos custos do Sudoeste, em comparação com abril de 2017, são de 13,34% e a redução no Sudoeste é da ordem de 24,34%.

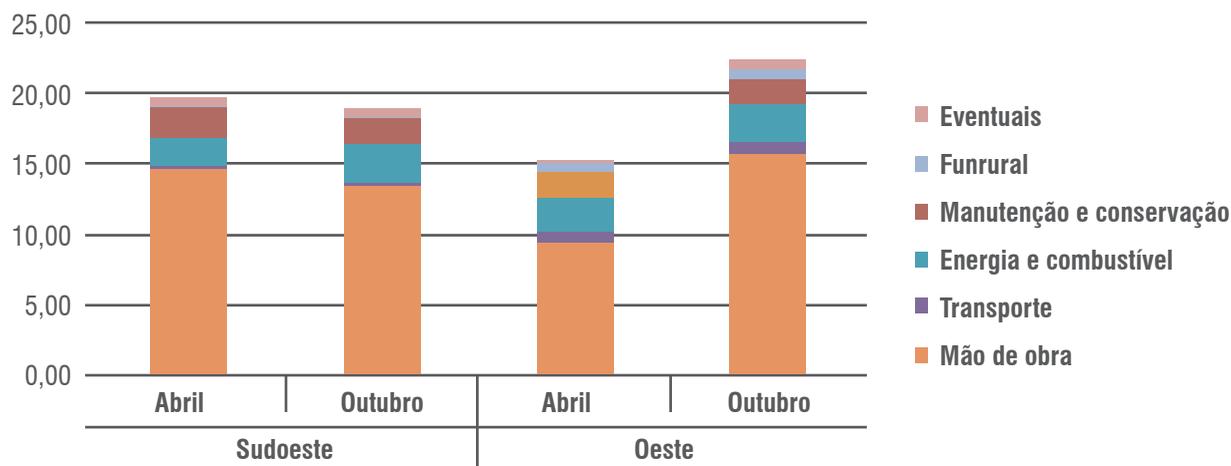
Desta forma as regiões inverteram suas posições desde o último levantamento com relação à rentabilidade da

atividade. Em abril, o Sudoeste era deficitário e o Oeste superavitário. Agora o Oeste é deficitário (R\$ 0,25 por animal) e o Sudoeste passou a ser superavitário (R\$ 7,30 por

animal). Os custos que apresentaram maiores variações de alta no período (abril a outubro) foram transporte, energia e combustível.

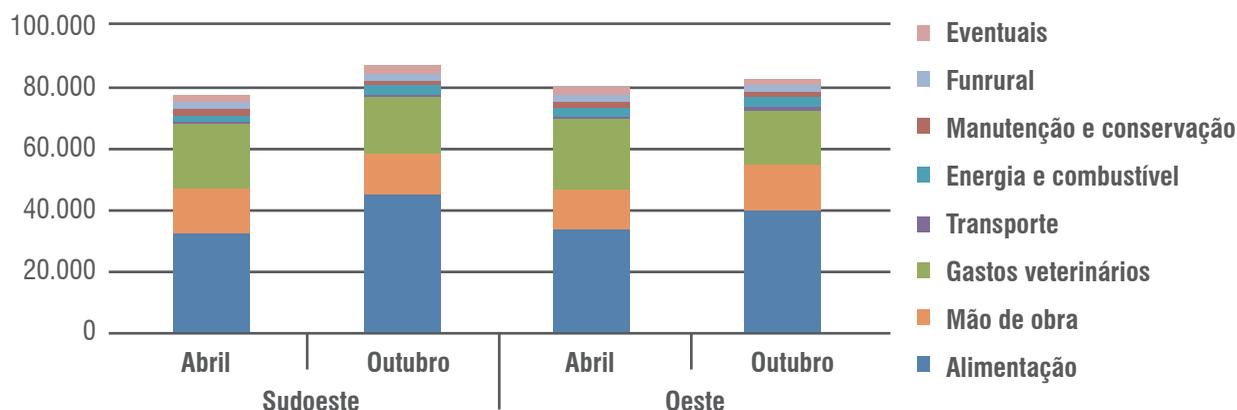
## UPD COMODATO

Distribuição dos custos variáveis por região



## UPD

Distribuição dos custos variáveis por região



Fonte: DTE/FAEP

## UPL

As Unidades de Produção de Leitões até a saída da creche foram identificadas em todas as regiões pesquisadas e em duas delas, Oeste e Sudoeste, apresentaram queda nos custos totais de produção de 9,3% e 9,6%, respectivamente. Nos Campos Gerais o aumento de custos ficou em 12,3%.

No caso das produções em comodato não foram le-

vantados custos para a região dos Campos Gerais. No Sudoeste e no Oeste foram identificadas quedas dos preços pagos pelos produtores. O Oeste registra custos mais altos do que o Sudoeste e remunerações inferiores. A atividade desenvolvida no Sudoeste foi mais rentável neste período. Dos locais analisados, esta região foi a única a apresentar superávit na análise do custo total por animal versus valor recebido, R\$ 5,50 no comodato e R\$ 3,15 no convencional.

## UPT

Nas UPTs o sistema de comodato predomina nas três regiões visitadas e as unidades, de modo geral, apresentaram aumento nos custos de produção. No levantamento realizado em abril último não haviam sido registradas unidades UPT no Sudoeste, então sua comparação se limita às demais regiões, não sendo possível comparar a evolução dos preços. Pode-se afirmar que os custos nesta região ficam próximos à média das outras duas regiões, com custos totais de R\$ 30,63 por animal. Para as regiões Oeste e Campos Gerais, pode-se observar que as unidades vinculadas a Cooperativas mostraram leve queda nos custos variáveis (6,24%) e as vinculadas à Indústria resultaram em aumento destes custos (13,20%).

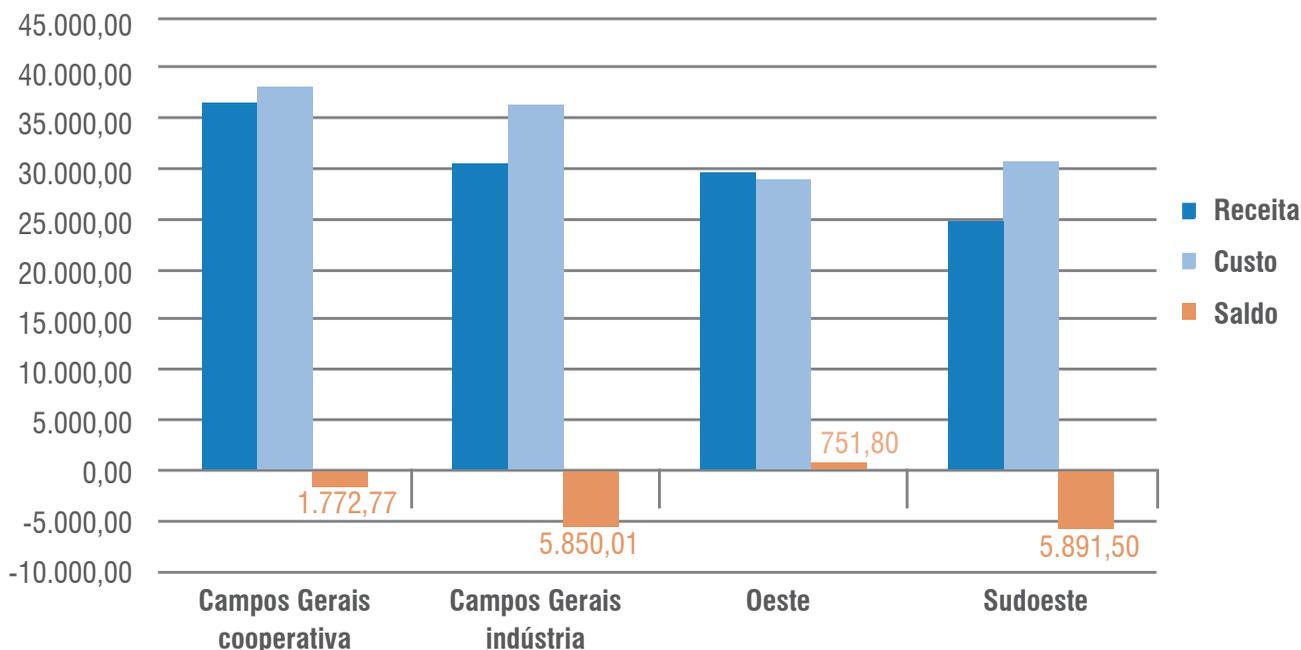
Parte destes comportamentos são justificados pela diversidade de produção que permite a otimização ou subutilização de recursos como, por exemplo, a mão de obra e equipamentos. As unidades produtivas variam em peso dos animais (115 a 132 kg) e a quantidade de animais por lote (1 mil a 1,2 mil). Quando do rateio destes custos, observa-se a eficiência da atividade, permitindo rentabilidade ao suinocultor.

Neste levantamento, apesar de todas as regiões apresentarem superávit sobre o custo variável, somente as unidades produtivas do Oeste indicaram superávit sobre o custo total de produção, 2,53% sobre a receita auferida.



## UPT

Valores por lote – R\$



Fonte: DTE/FAEP



## Crecheiro

As unidades Crecheiro foram identificadas somente nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado e seu custo de produção é bastante diverso, novamente apontando custos maiores para o Sudoeste. Além de custos maiores, a região também indicou menores preços pagos aos produtores, tornando a atividade deficitária quando analisada sob a ótica dos custos operacionais e totais. Analisando somente sobre os custos variáveis, que caracterizam os desembolsos realizados pelo produtor, todos os modelos são superavitários, porém a médio e longo prazo, tornam a atividade inviável, pois não há remuneração sobre o capital investido tampouco reembolsos das depreciações.

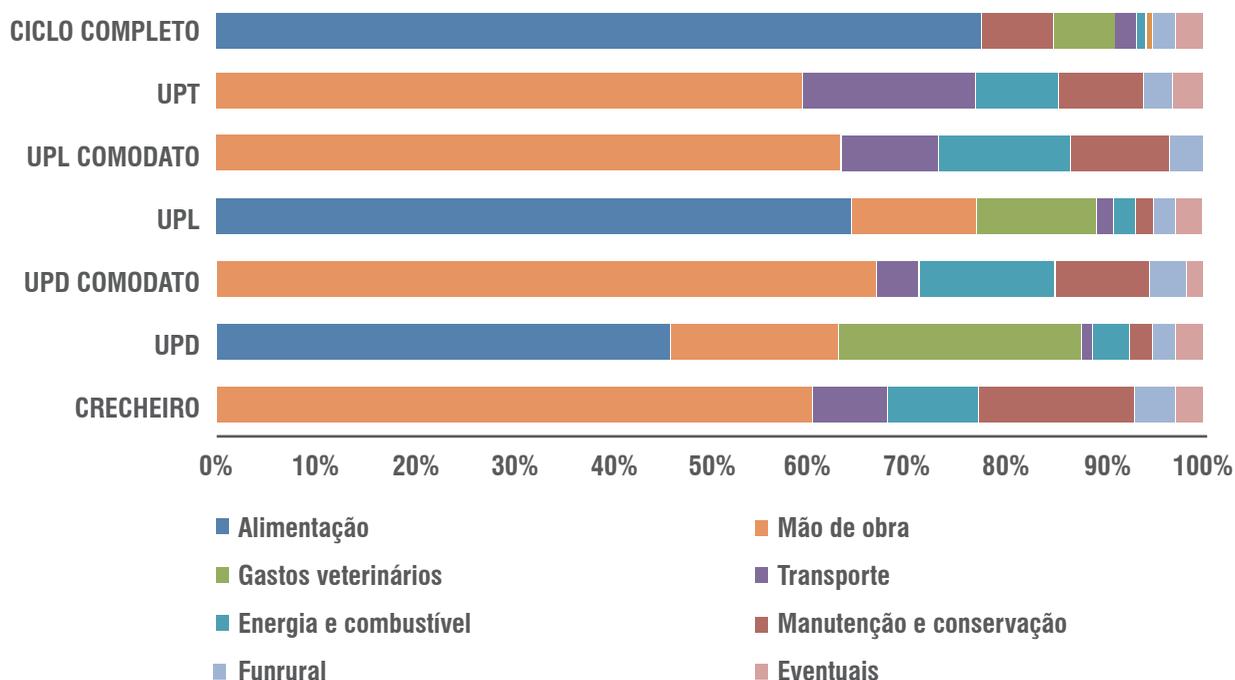
O principal fator de custo no Sudoeste é o relacionado com a mão de obra, que representa aproximadamente 93% a mais que os mesmos gastos no Oeste, seguido dos custos vinculados aos investimentos em instalações e equipamentos. Gastos com manuten-

ção e depreciações representam 44% dos custos totais.

## Custos variáveis

No gráfico abaixo, podem ser comparados os custos variáveis por sistema de produção, pelas médias obtidas das três regiões visitadas. Estes custos, assim como todo levantamento realizado pela metodologia de painéis, visam identificar os custos médios por meio da moda dos processos produtivos do Estado. A moda é a referência estatística que indica os fatores mais observados em um levantamento, que difere das médias comumente utilizadas. Assim, os valores resultantes servem como uma referência para que os atores envolvidos na cadeia produtiva da suinocultura (produtores, indústrias, cooperativas, integradoras, fornecedores de insumos e equipamentos) os utilizem como parâmetros comparativos com seus custos próprios, a fim de identificar suas ineficiências e oportunidades de melhoria.

### COMPARATIVO DOS CUSTOS VARIÁVEIS POR SISTEMA PRODUTIVO



Fonte: DTE/FAEP

# Gestão que otimiza resultados

Curso desenvolvido pelo SENAR-PR para atender o setor sucroalcooleiro paranaense obteve resultados significativos na turma piloto



Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, fala para participantes do Programa Gestão Operacional Cana-de-Açúcar

Os últimos três anos foram de transformação nos processos de produção das usinas do grupo Santa Terezinha instaladas nos municípios de Cidade Gaúcha e Terra Rica, no Noroeste do Paraná. As mudanças, de ordens planejada, comportamental e estratégica, ocorreram a partir do Programa Gestão Operacional Cana-de-Açúcar, desenvolvido pelo SENAR-PR para atender o setor sucroalcooleiro estadual e, de uma forma mais específica, capacitar colaboradores das empresas em cargos de lideranças.

Os resultados da primeira turma piloto, formada por colaboradores das duas usinas do Noroeste, foram apresentados para mais de 80 especialistas do setor sucroalcooleiro, no dia 7 de dezembro, em Maringá. Mais do que números, cifras e ações, o evento serviu para uma avaliação geral do programa, que, de forma unânime, foi muito bem avaliado.

“O corpo funcional é um desafio para qualquer empresa. E precisa ser aperfeiçoado constantemente. Esse curso do SENAR-PR busca isso, transformar a mão de obra já existente dentro das empresas em gestores, para que possam otimizar os processos em todos os níveis e departamentos”, destaca Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR. “O programa atende a expectativa dos clientes, a partir de um diagnóstico in loco. A troca de experiência ao longo dos três anos fez com que os ganhos fossem maiores e mais rápidos”, complementa Eduardo Gomes, gerente técnico do SENAR-PR.

Na unidade de Terra Rica, o programa proporcionou o nivelamento técnico e de gestão dos funcionários. Mais, a capacitação permitiu a melhora no relacionamento entre as áreas agrícola e industrial por meio do amadurecimento e crescimento profissional. “O programa uniformizou a linguagem dos gerentes e supervisores com os chefes



# 16,1 mil horas

**Esse é o tempo economizado com a descarga de cana, em relação a 2014, na unidade de Cidade Gaúcha**

encarregados e líderes. Ou seja, serviu de ferramenta para chegarmos aos nossos objetivos como redução do custo e aumento de produtividade”, ressalta Wilson José Meneguetti, diretor executivo da indústria.

Na gestão da operação da frota de sete pás carregadeiras, por exemplo, o índice de eficiência saltou de 41% em 2014, antes do início do curso, para 54% em 2017. “Antes o objetivo era fazer um custo baixo. Desempenho, produtividade e qualidade ficavam em segundo plano. O programa permitiu desenvolver logística de campo para melhorar o desempenho operacional. Diminuí o retrabalho”, conta Félix Luis Corbari, responsável pelo setor de preparo de solo.

Na área de plantio da cana também foram registrados avanços significativos. O controle da broca passou a ser mais eficiente, derrubando o índice de infestação de 7,3%, em 2014, para 2,1% em 2017. “O curso chegou num momento em que todos buscavam aumentar a produtividade e melhorar os processos. Criamos 17 procedimentos operacionais padrões no setor, permitindo que todos pudessem acompanhar os índices de desempenho”, conta Giann Gislou, da área de planejamento e desenvolvimento.

Ainda no campo, as falhas de plantio, que exigiam o retrabalho e aumento de custo, também baixaram. Em 2013, a unidade replantou cana em 1.288 hectares, ao ponto que apenas 305 hectares precisaram ser refeitos em 2017. “A padronização das operações criou atribuições para cada funcionário e evitou reincidência de problemas”, garante Damiano Raimundo dos Santos, supervisor do plantio mecanizado.

Na unidade de Cidade Gaúcha, os resultados positivos também fazem parte da rotina atual. Isso, segundo o diretor da

unidade, Francisco Meneguetti, ocorreu pelo fato de que as lideranças passaram pela capacitação. “81% das lideranças têm origem na base e precisavam de capacitação. As ferramentas criadas pelo curso permitiram a melhora dos processos.”

Essa melhora pode ser identificada em números e cifras. O plantio, por exemplo, passou a ser mais eficiente e com menor custo com a adoção do sistema alternativo (meiosi e cantose) em relação ao convencional. “Sabíamos a nossa rotina, mas passamos a escrevê-la. Isso permitiu a padronização dos procedimentos, diminuição do nível de estresse, preocupações desnecessárias. E as pessoas estão mais participativas com as metas da empresa”, conta Elka Mayara Soares, supervisora de planejamento agrícola.

No departamento responsável pela colheita e carregamento da cana-de-açúcar, a mudança de hábito, introduzindo check list de rotina, reuniões entre lideranças e encarregados, controle da padronização das operações, entre outras ferramentas, elevou a eficiência individual e melhorou a administração dos recursos. “O curso permitiu identificar a causa de eventuais problemas e reduzir a repetição, além de aumentar a integração da operação com a liderança na busca de soluções no dia a dia. Os colaboradores passaram a dar ideias do que poderia ser feito para melhorar os processos”, ressalta Marcelo Wagner Tormena, supervisor de colheita e carregamento de cana.

Os resultados registrados em Terra Rica e Cidade Gaúcha despertaram o interesse de outras unidades do grupo Santa Terezinha. Desde julho de 2016, o SENAR-PR estendeu o Programa Gestão Operacional Cana-de-Açúcar para 140 profissionais das usinas de Tapejara, Ivaté e Rondon. A previsão é de que a capacitação seja concluída em 2019.



# Papai Noel

Símbolo do Natal, o bom velhinho foi inspirado em São Nicolau

O Natal está chegando, a preocupação com os preparativos para a ceia aumenta e a corrida às compras dos presentes faz a alegria dos comerciantes. Pela tradição cristã, o dia 25 de dezembro marca o nascimento de Jesus. A data não está especificada nas escrituras e só foi oficializada pelo Papa Júlio I (337-352) em 350. Na Roma Antiga, 25 de dezembro marcava o início das celebrações em homenagem ao deus Sol.

Mas a imagem que remete ao Natal é a do Papai Noel. O bom velhinho, com sua barba branca e a roupa vermelha, por causa das campanhas publicitárias, acabou deixando em segundo plano, para muita gente, o aniversário de Cristo.

A figura de Noel foi inspirada em Nicolau Taumaturgo (270-343), arcebispo de Mira, na Turquia, no sécu-

lo IV. Nicolau de Mira costumava ajudar, anonimamente, quem estivesse em dificuldades financeiras. Ele teria deixado sacos com moedas de ouro na casa de uma fa-

mília pobre, que não tinha posses para os dotes das filhas. Tornou-se santo e seu ato de presentear, que lembrava os três Reis Magos (Belchior, Baltazar e Gaspar) e suas oferendas ao menino Jesus, símbolo natalino.

São Nicolau ganhou fama de milagreiro e suas relíquias foram levadas no século XI para Bari, na Itália, por mercadores italianos. Elas estão em um santuário da cidade. O costume de dar presentes na véspera do dia de Natal e a personificação de São Nicolau como o bom velhinho ganhou força na Alemanha, onde ele havia vivido, e depois correu o mundo. A festa do santo é comemorada pela Igreja Católica em 6 de dezembro, que para muitas famílias é a data para se montar a árvore de Natal e os demais enfeites natalinos em casa.

A lenda de que o Pa-



São Nicolau



Clement Clarke Moore

pai Noel, e suas bochechas vermelhas, viaja em um trenó puxado por renas, e que entra nas casas pela chaminé à noite para deixar os presentes se deve a um professor de literatura norte-americano. Clement Clarke Moore (1779-1863) escreveu o poema “Uma visita de São Nicolau” para os filhos. O texto foi publicado em 1823.

Até o fim do século XIX, Papai Noel era representado com uma roupa na cor marrom ou verde escura. Coube ao cartunista alemão Thomas Nast (1840-1903) o atual visual, a roupa vermelha com detalhes em branco e cinto preto, pelo qual Papai Noel é conhecido. Radicado nos Estados Unidos, o desenho de Nast saiu na edição da revista Harper’s Weeklys, em 1º de janeiro de 1863. Em 1931, uma campanha publicitária da Coca-Cola reforçou o visual imaginado por Nast.



Thomas Nast



# Audiência pública debate invasões indígenas

FAEP apoiou a ida de produtores paranaenses a Brasília, onde acompanharam a reunião na Câmara dos Deputados



nos”, destaca Trento.

Em defesa dos interesses dos produtores rurais, a FAEP divulgou em um primeiro momento, para conhecimento público, matérias tratando do assunto e pedindo solução por parte do poder público. Diante da falta de ação concreta, a Federação adotou medidas judiciais, que apesar do aval da Justiça, não foram cumpridas até o momento.

Numa delas, a instituição pede que os detalhes do convênio entre o Ministério Público Federal e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) fossem divulgados. Os profissionais da ABA são responsáveis pelo estudo que atesta a presença ou não de indígenas nas terras em questão. Outra demanda ajuizada exige que a Fundação Nacional do Índio (Funai) divulgue a lista de produtores que seriam afetados com o

trabalho de demarcação. Por último, a FAEP pede que o governo federal reconheça que indígenas estrangeiros não têm direito a terras demarcadas.

“No caso da lista de produtores, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região decidiu que seja apresentada. Passados quase dois anos, a Funai ainda não cumpriu a determinação e a multa estipulada pela Justiça passa de R\$ 2 milhões. Ainda, a Funai atesta que há índios vindos do Paraguai e, que se aceitos pelo Brasil, poderão ser beneficiados. Isso não pode acontecer”, destaca Gustavo Passarelli, advogado especializado no tema contratado pela FAEP. “Em razão dos últimos acontecimentos, a audiência pública se fez necessária para os parlamentares conhecerem a situação na busca de uma solução. No momento, sem o cumprimento das decisões, o caos acaba se instaurando”, complementa.

A audiência pública, organizada pelos deputados Sérgio Souza (PMDB-PR) e Tereza Cristina (sem partido-MS), reuniu parlamentares, alguns do Paraná, prefeitos, representantes de entidades de classe e presidentes de Sindicatos Rurais. Apesar do convite, representantes da Funai e do Ministério Público Federal não compareceram à reunião.

Na tentativa de encontrar uma solução para a demarcação de terras produtivas para a ocupação indígenas e os conflitos entre as partes, cada vez mais constantes no Paraná e no Mato Grosso do Sul, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realizou uma audiência pública, no dia 14 de dezembro, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Na ocasião, parlamentares e representantes de entidades debateram a necessidade de resolver o problema de forma definitiva. A FAEP apoiou a ida de dezenas de produtores paranaenses para acompanharem a sessão na capital federal.

No Mato Grosso do Sul, na região próxima à fronteira com o Paraguai, indígenas e produtores rurais disputam a posse da terra. No Paraná, os conflitos estão concentrados na região Oeste, nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, onde o governo federal suspendeu a demarcação de terras indígenas.

Durante a audiência pública, os prefeitos de Guaíra, Heraldo Trento, e de Terra Roxa, Altair Donizete de Pádua, relataram a gravidade do problema na região. “Estão ocorrendo invasões em Guaíra onde não existia comunidade indígena. É preciso seguir os critérios da lei, e devolver a propriedade aos seus verdadeiros do-

# Parcelamento de dívidas com Funrural é aprovado

Prazo de adesão vai até 28 de fevereiro de 2018



O Senado aprovou, no dia 14 de dezembro, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 165/2017, que permite a produtores rurais (pessoas físicas, cooperativas e intermediários) a possibilidade de parcelar seus débitos com desconto em até 15 anos e reduz a alíquota da contribuição social incidente sobre a receita bruta do setor, que constitui a contribuição previdenciária dos trabalhadores rurais, o chamado Funrural.

O texto institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Aprovado na Câmara dos Deputados no dia 13 de dezembro, o projeto tramitou em regime de urgência e segue agora para sanção presidencial.

A proposta resgatou o texto da Medida Provisória 793/2017, que perdeu a vigência por não ter sido votada pelo Congresso. O texto diminui de forma permanente a contribuição do produtor rural pessoa física de 2% para

1,2% da receita bruta.

Também foi reduzida a alíquota de contribuição para os empreendimentos rurais. Em vez dos 2,5% aplicados atualmente, as empresas serão taxadas em 1,7%. Os casos de não incidência do tributo já descritos serão estendidos para esse segmento e as alíquotas propostas para ambos começam a valer a partir de 1º de janeiro de 2018.

## Parcelamento

Pelo texto aprovado pela Câmara e confirmado pelo Senado, os produtores rurais pessoas físicas e empresas (laticínios, frigoríficos e agroindústrias) poderão pagar suas dívidas em 176 parcelas. A entrada exigida será equivalente a 0,8% da média mensal

da receita bruta obtida no ano anterior ao de vencimento da parcela. Quanto aos compradores e às cooperativas, deverão pagar 0,3% dessa receita bruta no mesmo número de parcelas.

Os devedores rurais terão desconto de 100% em juros e multas de mora, de ofício e encargos legais. O valor mínimo das parcelas foi fixado em R\$ 100 para produtores e em R\$ 1 mil para compradores.

Se restar resíduo da dívida após o pagamento das 176 parcelas, esse saldo poderá ser dividido em 60 vezes, também com redução de juros e multas.

O PLC 165/2017 estabelece regras ainda para o caso de antecipação do pagamento da dívida. Assim, se o devedor adiantar o pagamento de seis parcelas, por exemplo, fica livre dessa obrigação pelos seis meses seguintes, em vez de usar essa antecipação para abatimento do valor das últimas parcelas. A prestação mensal será reajustada pela Taxa Selic mais 1%.

# São Paulo planeja “importar” AAJ

Diretores da Faesp estiveram em Paranacity para conhecer o programa do SENAR-PR, na busca por minimizar a falta de mão de obra nas usinas paulistas



Turma do AAJ em Paranacity

As 140 usinas sucroalcooleiras instaladas em São Paulo colocam o Estado como o maior produtor de açúcar e etanol do país. Mas como em outras atividades do agronegócio nacional, o setor enfrenta problemas com a escassez de mão de obra qualificada. Na busca por minimizar o problema e ampliar a capacitação de colaboradores, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) planeja “importar” um programa de sucesso do Paraná, o Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ). Criado em 2010 pelo SENAR-PR, o curso prepara jovens a trabalharem, entre outros lugares, em usinas de cana-de-açúcar.

Na primeira semana de dezembro, o vice-presidente da Faesp, Tirso de Salles Meirelles, e o superintendente do Senar-SP, Mário Biral, estiveram na usina do grupo Santa Terezinha instalada no município de Paranacity, no Noroeste do Estado, para conhecer detalhes do AAJ. O

cronograma incluiu visitas a sala de treinamentos, apresentações do Trabalho de Conclusão (TC) de alunos que estão encerrando o curso este ano e conversas com ex-alunos, que hoje fazem parte do quadro de funcionários da usina.

“A FAEP estimulou o processo profissional, que hoje é exemplar, com benefícios para o setor e para a sociedade. O AAJ fortalece o processo de capacitação da mecânica industrial que ainda não temos em São Paulo”, ressalta Meirelles. “Parte significativa das indústrias do Estado se depara com o problema de mão de obra. Nossa intenção é propor uma parceria para levar o programa para lá, inclusive com a ida do pessoal do Paraná para ajudar na implantação”, complementa.

Desenvolvido desde 2011 na unidade de Paranacity, o AAJ já formou 140 jovens, sendo que 70% foram absorvidos pela própria empresa. Ainda, outra parte despertou

o interesse pela mecânica e, posteriormente, seguiu para cursar faculdade na área.

“Os números mostram que a própria unidade está preocupada em dar um rumo para esses jovens, além de proporcionar a inserção no processo profissional. Essa nossa visita permitiu a interação, ouvir depoimentos, conhecer a metodologia, uma troca de conhecimento muito importante”, destaca Mário Biral. “Desde o primeiro momento, os jovens se deparam com deveres e direitos. O programa também auxilia na identificação com o rural e contribui para a permanência na atividade.”

Hoje, o Senar-SP conta com um projeto-piloto semelhante, de 600 horas, nas áreas de cana-de-açúcar, olericultura e fruticultura. A proposta é readequá-lo e passar para 960 horas (240 horas para o núcleo básico, 240 horas para núcleo específico e 480 horas de prática profissional), como é o AAJ. Durante o programa paranaense, com duração de um ano, os jovens assistem aulas em sala e conhecem o dia a dia na prática. Nesses casos, cada aluno realiza um rodízio em todas as áreas das empresas para identificar a atividade do seu interesse, sem acompanhamento do chamado “padrinho”, um fun-

cionário da empresa que serve de mentor.

O programa ainda tem outra peculiaridade. Apesar de ser aberto à comunidade local, muitas vezes, os alunos são filhos de funcionários da empresa, que, posteriormente, passam a ser colegas dos pais. “O vínculo que é criado com os jovens, por eles estarem próximos das tarefas, faz a diferença. Tanto que o aproveitamento dos formados é alto, pois estão identificados com o serviço e com a empresa”, destaca Edimar Andrade Miguel, gerente da usina de Paracity.

## Formatura

Desde 2010, quando foi implantado pelo SENAR-PR na unidade de Ivaté do grupo Santa Terezinha, o programa Aprendizagem de Adolescentes e Jovens já capacitou mais de 850 alunos, em 70 turmas espalhadas por todo o Estado, em empresas de cana-de-açúcar, avicultura e outras atividades agrícolas.

Neste ano, foram 12 turmas em nove usinas do grupo Santa Terezinha, no total de 148 alunos. Seis unidades já realizam a formatura dos alunos.



Cidade Gaúcha



Iguatemi



Rondon



Tapejara



Terra Rica



Goioerê

# FAEP pede prorrogação do prazo do CAR e do PRA

## Entidade solicitou mais tempo para pleitear revisão do Sisleg

A FAEP encaminhou ofício ao Ministério do Meio Ambiente, em 8 de dezembro, pedindo prorrogação de um ano para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e para adesão ao Programa de Recuperação Ambiental (PRA). A data limite passaria a ser 31 de dezembro de 2018.

O documento aponta os problemas para acessar a plataforma do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) que, desde o início de novembro, dificulta que produtores rurais façam sua inscrição. Além disso,

os proprietários que já se cadastraram estão recebendo alertas de inconsistência em suas declarações.

Esses fatores estão inviabilizando o cumprimento do prazo estabelecido em lei, que prevê a possibilidade de prorrogação.

### Sisleg

Em outro ofício, de 8 de dezembro, a Federação pediu ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) a prorrogação do prazo previsto na Por-

taria nº 154/2017, que estabeleceu a data de 31 de dezembro de 2017 como prazo final para protocolo dos pedidos de revisão dos termos de compromisso do Sistema Estadual de Registro da Reserva Legal (Sisleg), conforme estabeleceu a Lei nº 12.651 de 2012.

A FAEP argumenta que o recesso do IAP, que começou no dia 18 de dezembro, reduz o prazo para que proprietários rurais protocolam o pedido. A portaria foi publicada em agosto deste ano.

## Reunião do Nurespop



Os técnicos da FAEP João Lázaro Pires e Eleutério Czornei participaram da última reunião do ano do Núcleo dos Sindicatos do Oeste do Paraná (Nurespop), no dia 8 de dezembro, em Cascavel (região Oeste). Entre os diversos temas debatidos, Czornei palestrou sobre contribuição sindical, Funrural, Reforma Trabalhista, implantação da nota fiscal eletrônica e do E-Social em 2018.

Pires falou sobre a emissão do CCIR 2017, do retrocesso caso ocorra a revogação da Lei Kandir, da solicitação da FAEP para prorrogar o prazo do CAR e PRA e do pedido para o IAP dar mais tempo para revisão do Sisleg.

Participaram da reunião representantes de 18 sindicatos da região. O encontro foi comandado pelo presidente do Nurespop, Valdemar Eduardo Kaiser.

# Proprietários já podem emitir CCIR 2017

Certificado é fornecido pelo Incra e comprova a inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural. Prazo vai até 31 de dezembro



O Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) de 2017 já pode ser emitido pela internet. Também é possível emitir o CCIR nas salas da cidadania das superintendências regionais ou nas unidades avançadas do Incra, e nas salas da cidadania e Unidades Municipais de Cadastramento (UMC) em cidades em que o instituto e a prefeitura local tenham acordo de cooperação para atendimento ao público. O prazo para obter o documento vai até dia 31 de dezembro.

Após o preenchimento de um formulário (pela internet ou presencialmente), será emitido o certificado e será gerado o boleto da Guia de Recolhimento da União (GRU) referente à taxa cadastral. O CCIR só é validado após o pagamento no Banco do Brasil. Ele substitui os certificados dos exercícios anteriores e caso haja pendências, o sistema calcula automaticamente o valor a ser pago, acrescido de juros e multas.

Para Rogério Arantes, diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, os imóveis que já estão com o georreferenciamento de seus limites certificados contarão com mapa ilustrando os perímetros da propriedade no CCIR, que a partir de 2017 passa a ser anual. “A apresentação do perímetro do imóvel rural já certificado é uma evolução. Talvez seja o mais perceptível para aperfeiçoar ainda mais o CCIR como importante documento para proprietários rurais e bancos”, avalia Arantes.

O diretor do Incra destaca ainda a importância do CCIR

para os bancos e cartórios. “É fundamental para os agentes financeiros pois o documento é indispensável para operações de crédito rural. O mesmo vale para cartórios, que exigem o documento para o registro de alterações na propriedade”, explica Arantes.

O CCIR é fornecido pelo Incra e comprova o cadastro do imóvel rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), que reúne informações de imóveis rurais em todo o território brasileiro. O certificado é indispensável para proprietários de imóveis rurais que precisam ou desejam desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda sua área, utilizar como garantia para tomada de crédito rural e/ou para homologação de partilha amigável ou judicial em espólios (sucessão por causa mortis). A base legal do CCIR são os parágrafos 1º e 2º do artigo 22 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, modificado pelo artigo 1º da Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001.

Sem a apresentação do documento, os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóvel rural, não poderão, sob pena de nulidade, realizar as mencionadas operações. As informações constantes do CCIR são exclusivamente cadastrais e, nos termos do parágrafo único do artigo 3.º, da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, “não fazem prova de propriedade ou de direitos a ela relativos”.

Para emitir o novo CCIR, proprietários e possuidores a qualquer título de imóvel rural podem acessar o endereço eletrônico: [sn-cr.serpro.gov.br/ccir/emissao](http://sn-cr.serpro.gov.br/ccir/emissao). O certificado pode ser acessado ainda pelo portal da Sala da Cidadania Digital ([saladacidania.incra.gov.br](http://saladacidania.incra.gov.br)) e pelo portal Cadastro Rural ([cadastrorural.gov.br](http://cadastrorural.gov.br)).

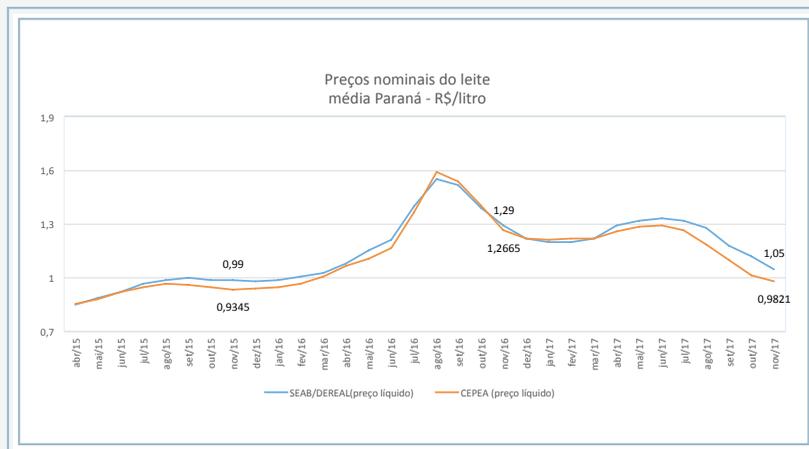
## Mais informações

Caso tenha alguma dúvida, procure o Sindicato Rural ou entre em contato com o Departamento Sindical da FAEP. O responsável pelo atendimento é o técnico Altevir Getúlio de Góes, no telefone (41) 2169-7957.

# Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná / **CONSELEITE-PR**

## RESOLUÇÃO Nº 12/2017

A diretoria do Conseleite-Paraná, reunida no dia 12 de dezembro de 2017, na sede da FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em novembro de 2017 e a projeção dos valores de referência para o mês de dezembro de 2017, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.



## VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE\* - OUTUBRO E NOVEMBRO/2017

Matéria-prima	Valores finais em outubro/2017	Valores finais em novembro/2017	Variação (novembro - outubro)	
	(leite entregue em outubro a ser pago em novembro)	(leite entregue em novembro a ser pago em dezembro)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO	0,9069	0,9787	0,0718	7,92%

## VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE\* - PROJETADOS PARA NOVEMBRO E DEZEMBRO/2017

Matéria-prima	Valores projetados em novembro/2017	Valores em dezembro/2017	Variação (dezembro - novembro)	
	(leite entregue em novembro a ser pago em dezembro)	(leite entregue em dezembro a ser pago em janeiro)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO	0,9580	0,9667	0,0087	0,91%

**Observações:** Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural.

Os valores de referência indicados nesta resolução para a matéria-prima leite denominada "leite padrão", se refere ao leite analisado que contém 3,50% de gordura, 3,10% de proteína, 500 mil células somáticas/ml e 300 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de dezembro de 2017 é de **R\$ 2,1261/litro.**

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: [www.conseleitepr.com.br](http://www.conseleitepr.com.br)

Curitiba, 12 de dezembro de 2017

**RONEI VOLPI** Presidente | **WILSON THIESEN** Vice - Presidente

# Conselho dos produtores de cana-de-açúcar do Estado do Paraná / CONSECANA-PR

## RESOLUÇÃO Nº 09 - SAFRA 2017/18

Os conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 27 de novembro de 2017, na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em novembro de 2017 e o valor final do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2017/18, que passam a vigorar a partir de 1º de dezembro de 2017.

Os preços médios do quilo do ATR, por produto, obtidos no mês de novembro de 2017, conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

### PREÇO DO ATR REALIZADO EM NOVEMBRO DE 2017 - SAFRA 2017/18 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

#### PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,02%	53,64	1,51%	55,80
AME	60,62%	55,22	52,58%	58,94
EAC - ME	1,65%	1.836,84	1,92%	1.766,20
EAC - MI	15,44%	1.780,86	17,91%	1.603,15
EA - of	0,05%	1.913,26	0,04%	1.726,02
EHC - ME	0,00%	-	0,33%	1.529,61
EHC - MI	20,74%	1.602,54	24,44%	1.426,98
EH - of	0,48%	1.640,74	1,27%	1.439,44
obs: EAC - ME + MI + of	17,14%	1.786,63	19,87%	1.619,18
EHC - ME + MI + of	21,22%	1.603,40	26,04%	1.428,88

#### PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,02%	0,6082	1,51%	0,6327
AME	60,62%	0,6286	52,58%	0,6710
EAC - ME	1,65%	0,6462	1,92%	0,6214
EAC - MI	15,44%	0,6265	17,91%	0,5640
EA - of	0,05%	0,6731	0,04%	0,6073
EHC - ME	0,00%	-	0,33%	0,5616
EHC - MI	20,74%	0,5884	24,44%	0,5239
EH - of	0,48%	0,6024	1,27%	0,5285
<b>Média</b>		<b>0,6200</b>		<b>0,6122</b>
obs: EAC - ME + MI + of	17,14%	0,6286	19,87%	0,5697
EHC - ME + MI + of	21,22%	0,5887	26,04%	0,5246

### PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO PARANÁ - SAFRA 2017/18 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

#### PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	1,17%	55,80
AME	55,31%	56,19
EAC - ME	1,49%	1.766,20
EAC - MI	18,71%	1.654,22
EA - of	0,03%	1.726,02
EHC - ME	0,25%	1.529,61
EHC - MI	22,05%	1.453,90
EH - of	0,98%	1.439,44

#### PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
AMI	1,17%	0,6327
AME	55,31%	0,6396
EAC - ME	1,49%	0,6214
EAC - MI	18,71%	0,5820
EA - of	0,03%	0,6073
EHC - ME	0,25%	0,5616
EHC - MI	22,05%	0,5338
EH - of	0,98%	0,5285
<b>Média</b>		<b>0,6039</b>

### PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	65,94	73,66
PIS/COFINS	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>65,94</b>	<b>73,66</b>

Maringá, 27 de novembro de 2017

**MARIO T. GONDO** / Presidente

**ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO** / Vice-presidente



O presidente eleito da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, foi empossado no dia 12 de dezembro, em Brasília. Martins vai comandar a entidade até 2021. Em seu discurso, ele falou dos principais desafios do seu mandato e da necessidade de o sistema estar cada vez mais preparado para atender ao produtor rural. No comando da CNA desde 2015, Martins salientou que “nossas armas são apenas a razão e o convencimento, mas a nossa causa, tenho certeza, é do interesse de toda a nação brasileira”. O presidente da República, Michel Temer, ministros, parlamentares e lideranças rurais estiveram presentes na solenidade.

## João Martins toma posse na CNA

## Visita à FAEP

O superintendente de negócios do Banco do Brasil no Paraná, Marcelo Palhano, acompanhado do gerente de negócios da instituição Elondir José Biazibetti, fez uma visita à sede da FAEP, em Curitiba, no dia 22 de novembro. Eles foram recebidos pelo presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, e pelo assessor da presidência Carlos Augusto C. Albuquerque.



## Sindicato de Teixeira Soares

O Sindicato Rural de Teixeira Soares (Sudeste paranaense) inaugurou, no dia 23 de novembro, a ampliação da sua sede. A cerimônia contou com a presença do prefeito do município, Lucinei Carlos Thomaz, de produtores e lideranças sindicais. A FAEP foi representada pelo diretor financeiro, João Luiz Rodrigues Biscaia. A solenidade teve início com uma bênção do diácono Eduardo Levandoski, produtor rural que há 43 anos associado ao sindicato. No evento, a presidente Lisiane Rocha Czech realizou a assembleia geral para aprovação do orçamento para 2018. A entidade comemora neste ano 65 anos de

fundação como Associação Rural de Teixeira Soares. A carta sindical foi emitida em 1968.



# Processo em cartórios é regulamentado

O Tribunal de Justiça do Paraná publicou, no começo de dezembro, decisão sobre procedimentos cartoriais em relação ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). A medida do TJ, de 1º de novembro de 2017, reforça que os cartórios devem seguir as regras que constam na Lei nº 12.651/2012, na Lei Estadual nº 18.295/2014 e no Decreto Estadual nº 2.711/2015.

A Lei nº 12.651 estabeleceu que o registro da Reserva Legal no CAR desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis. A Corregedoria da Justiça emitiu uma circular aos cartórios regulamentando que o CAR na situação ativo deveria ser apresentado e arquivado como comprovante e seria o único documento exigido.

“A averbação da Reserva Legal requerida pelo proprietário terá caráter declaratório, sob única e total responsabilidade do declarante, conforme consta no Decreto Estadual nº 2.711/15 e o ato de registro das Escrituras Públicas pelo Cartório de Registro de Imóveis não implicará em sua responsabilização pela veracidade das informações apresentadas no CAR, cuja responsabilidade é exclusiva do proprietá-

rio ou possuidor declarante.”

A medida do TJ atende pleito da FAEP que, em parceria com a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg), havia solicitado à corregedoria do tribunal a expedição de um ato normativo para orientar os registradores de imóveis do Estado.

Leia a íntegra da decisão da Justiça na página do Sistema FAEP/SENAR-PR ([www.sistematicaep.org.br](http://www.sistematicaep.org.br)).





## FUNDEPEC PR

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

# INFORME

Veja também no site  
[www.fundepecpr.org.br](http://www.fundepecpr.org.br)

### FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 30/11/2017

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/ BANCARIAS	
	1-13	14						
Saldo C/C	230,22	-	-	82,09	-	-	-	312,31
Serviços D.S.A.	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	40.448.020,17	-	2.341.952,64	-	47.087.405,87
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	4.190.646,89	-	181.518,99	-	16.543.053,72
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	4.066.414,29	-	-	-	7.890.948,92
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	159.172,87	-	-	-	236.495,65
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	15.625,46	-	-	-	21.464,07
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	199.610,57	-	-	-	283.618,48
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.744.412,22</b>	<b>4.624.105,00</b>	<b>141.031,00</b>	<b>49.218.253,44</b>	<b>542.225,27</b>	<b>2.664.502,63</b>	<b>77.567,43</b>	<b>71.985.731,60</b>
<b>SALDO LÍQUIDO TOTAL</b>								<b>71.985.731,60</b>

Ágide Meneguette  
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi  
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt  
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.



ABATIÁ

## MANDIOCA

O Sindicato Rural de Abatiá promoveu, nos dias 21 e 22 de novembro, o curso Produção Artesanal de Alimentos – Beneficiamento e Transformação Caseira de Mandioca – Básico em Mandioca. Participaram 12 pessoas com a instrutora Maria Luzinete Pina Zanin.



ANDIRÁ

## PANIFICAÇÃO

O Sindicato Rural de Andirá organizou, nos dias 30 e 31 de outubro, o curso Produção Artesanal de Alimentos – Panificação. Participaram 15 pessoas com a instrutora Maria Luzinete Pina Zanin.



CIANORTE

## OLERICULTURA

O Sindicato Rural de Cianorte realizou, de 18 a 26 de outubro, em sua extensão de base em São Manoel do Paraná, o curso Trabalhadores Agrícolas na Olericultura – Cultivo em Ambiente Protegido. Participaram 14 pessoas com o instrutor Jair Telles de Proença.



JURANDA

## AGRICULTURA DE PRECISÃO

O Sindicato Rural de Juranda promoveu, entre 16 e 18 de novembro, o curso Trabalhador na Agricultura de Precisão – Introdução à Agricultura de Precisão. Participaram 11 pessoas com o instrutor Mauro Cesar Volponi dos Santos.



MARINGÁ

## TRATORISTA AGRÍCOLA

O Sindicato Rural de Maringá organizou, de 16 a 20 de outubro, em sua extensão de base em Itambé, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (Tratorista Agrícola) – Norma Regulamentadora 31.12. Participaram nove pessoas com o instrutor Newton Cardoso.



PALOTINA

## TRATORISTA AGRÍCOLA

O Sindicato Rural de Palotina promoveu, entre 23 e 27 de outubro, em parceria com a UFPR, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (Tratorista Agrícola) – Norma Regulamentadora 31.12. Participaram nove pessoas com a instrutora Silvana de Fatima Ribeiro Olzewski.



PALMAS

## COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

O Sindicato Rural de Palmas realizou, nos dias 8 e 9 de novembro, o curso Trabalhador em Reflorestamento (Matas Homogêneas) – Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Participaram 12 pessoas com o instrutor Pedro Maia Penna.



PARAÍSO DO NORTE

## TRATORISTA AGRÍCOLA

O Sindicato Rural de Paraíso do Norte organizou, de 6 a 10 de novembro, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (Tratorista Agrícola) – Norma Regulamentadora 31.12. Participaram nove pessoas com o instrutor Cláudio Rodrigues da Costa.

# VIA RÁPIDA

## Brigadeiro



O brigadeiro é um dos doces mais comuns nas festas de aniversário no Brasil. Tipicamente brasileiro, nos últimos anos ganhou o gosto de outros povos e fez fama até nos Estados Unidos. Reza a lenda que a iguaria de chocolate revestida com granulado foi criada em homenagem ao brigadeiro da Aeronáutica Eduardo Gomes, candidato à Presidência da República em 1946. Um grupo de mulheres simpáticas à candidatura de Gomes criou a guloseima para arrecadar fundos para a campanha.



## Lá vem o Natal

A proximidade do Natal faz o espírito natalino tomar conta de casas, ruas, lojas e shoppings, que são enfeitadas à espera do Papai Noel e seus presentes. A alegria propiciada pelo bom velhinho é tanta que em Budapeste, capital da Hungria, uma multidão saiu às ruas da cidade, no dia 3 de dezembro, vestida com a tradicional roupa vermelha com detalhes em branco para participar da corrida dos papais noéis.

## Você sabia?

Na Indonésia há cerca de 17 mil ilhas. Por lá, o oceano é uma importante via de deslocamento para as pessoas, que usam barcos como meio de transporte há séculos.



## A visita da amiga

Uma mulher vai fazer uma visita à casa de uma amiga.

Aproveitando uma breve ausência da anfitriã em outra sala, ela pergunta ao filho da dona da casa:

- A que horas se janta nessa casa, meu menino?
- A minha mãe disse que hoje será depois da senhora ir embora.

## Torre de Pisa

A Itália possui famosos monumentos históricos, mas um deles chama a atenção há séculos por uma falha na construção. Uma das atrações de Pisa é a sua torre inclinada. Construída entre 1173 e 1370 para abrigar o sino da catedral da cidade, a edificação de 55 metros de altura sofreu com a instabilidade do solo e acabou torta. Inúmeras obras foram realizadas para tentar reverter o problema, mas sem sucesso. As últimas intervenções conseguiram garantir que a torre não se incline mais, o que poderia causar seu tombamento. Para alegria dos visitantes, a famosa torre continua em pé, torta, mas intacta.



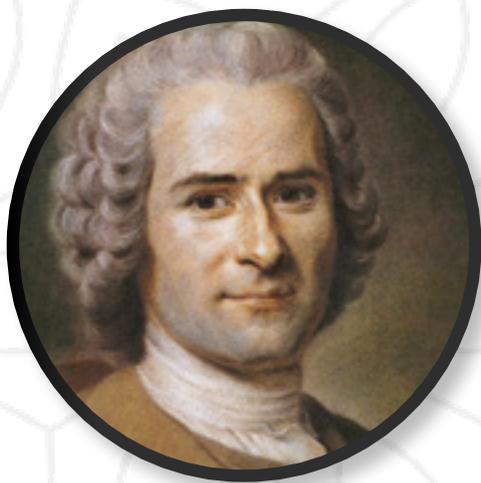
# Troca

E por falar na Indonésia, a região sempre foi muito disputada pelas potências europeias por causa das famosas especiarias, como cravo, canela e noz-moscada. A Holanda acabou dominando a região, mas uma pequena ilha ficou nas mãos dos ingleses: Run. Depois de muita briga e retaliações, holandeses e ingleses acabaram fazendo uma troca. A Holanda ficou com Run, ilha com menos de 3 km de comprimento e 800 metros de largura. A Inglaterra ficou com Nova Amsterdã, onde hoje está localizada Nova York.



## Cadáver ambulante

Imagine uma pessoa acreditar que está morta e que o mundo ao seu redor não existe mais. Esses são alguns dos sintomas causados pela síndrome de Cotard ou síndrome do cadáver ambulante. O primeiro registro do problema psiquiátrico foi em 1880, quando o médico francês Jules Cotard descreveu o caso de uma mulher de 43 anos que apresentava delírios e uma melancolia grave, acreditando que seus órgãos não funcionavam mais. Nas formas leves, os pacientes demonstram sentimento de desespero. Nas mais severas, os doentes negam a própria existência. Quem sofre da síndrome é medicada com antidepressivos e é acompanhada em sessões de terapia.



***“Quem mais demora a fazer uma promessa é quem a cumpre mais rigorosamente.”***

**Jean-Jacques Rousseau,,**  
escritor suíço (1712-1778).



## UMA SIMPLES FOTO



# A HISTÓRIA do lápis

O menino olhava a avó escrevendo uma carta. A certa altura, perguntou:

- Você está escrevendo uma história que aconteceu conosco? E por acaso, é uma história sobre mim?

A avó parou a carta, sorriu, e comentou com o neto:

- Estou escrevendo sobre você, é verdade. Entretanto, mais importante do que as palavras é o lápis que estou usando. Gostaria que você fosse como ele, quando crescesse.

O menino olhou para o lápis, intrigado, e não viu nada de especial.

- Mas ele é igual a todos os lápis que vi em minha vida!

- Tudo depende do modo como você olha as coisas. Há cinco qualidades nele que, se você conseguir mantê-las, será sempre uma pessoa em paz com o mundo.

“Primeira qualidade: você pode fazer grandes coisas, mas não deve esquecer nunca que existe uma Mão que guia seus passos. Esta mão nós chamamos de Deus, e Ele deve sempre conduzi-lo em direção à Sua vontade”.

“Segunda qualidade: de vez em quando eu preciso parar o que estou escrevendo, e usar o apontador. Isso faz com que o lápis sofra um pouco, mas no final, ele está mais afiado. Portanto, saiba suportar algumas dores, porque

elas lhe farão ser uma pessoa melhor”.

“Terceira qualidade: o lápis sempre permite que usemos uma borracha para apagar aquilo que estava errado. Entenda que corrigir uma coisa que fizemos não é necessariamente algo mau, mas algo importante para nos manter no caminho da justiça”.

“Quarta qualidade: o que realmente importa no lápis não é a madeira ou sua forma exterior, mas o grafite que está dentro. Portanto, sempre cuide daquilo que acontece dentro de você”.

“Finalmente, a quinta qualidade do lápis: ele sempre deixa uma marca. Da mesma maneira, saiba que tudo que você fizer na vida irá deixar traços, e procure ser consciente de cada ação”.

*Paulo Coelho*

## Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

## EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se                                 | <input type="checkbox"/> Falecido      |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido                             | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Recusado                                 | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente                    |  |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado                 |  |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico |  |

## REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

**sistemafaep.org.br**

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |  
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |  
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

